Agradecendo a Homenagem (*)

Cláudio Martins

Chego aos oitenta anos com a impressão de haver somado alguns acertos em pouco mais de sete décadas de luta sem tréguas.

Tantas têm sido as manifestações de apreço partidas de meus conterrâneos que, só por conhecer visceralmente minhas limitações, escapo a uma crise de natural vaidade, fomentada por motivações tão propícias.

Aos oito anos de idade comecei a trabalhar. A princípio junto a meu pai, em pequenas tarefas, mais tarde, como aprendiz da arte tipográfica ou auxiliar do comércio.

E com a ajuda de Deus, venci empeços imensos, encontrei, a duras penas, meu verdadeiro caminho. E aqui estou, a receber de veneranda e altíssima instituição cultural confortadora homenagem. Homenagem que me obriga, como afirmei há pouco na Academia Cearense de Letras, em festa similar, a prosseguir engajado ao esforço comum em prol da grandeza espiritual do Ceará, isto sem pôr de lado o compromisso que assumi com Fortaleza no sentido de, como rotariano, servi-la onde quer que minha participação venha a ser de alguma valia.

O Instituto do Ceará esteve inafastavelmente presente em meus projetos e atividades. Mas confesso que a Academia Cearense de Letras tem demandado atenção maior, dadas as carências que já não existem nesta Casa.

Aindo assim, Instituto e Academia são irmãos do meu devotamento.

Lamentavelmente, caros confrades, o mesmo não posso dizer de minha vinculação ao soerguimento educacional do País.

Educação, nesta pobre Nação de analfabetos, faz-se problema de improvável solução, se persistirem as deformações atuais.

Desde o famigerado Código Epitácio Pessôa que, em 1901, equiparou a rede particular ao Ginásio Nacional ou Colégio Pedro II, até a malograda Reforma Passarinho, de 1971, vivemos mais de uma dezena de tentativas reformistas inqualificáveis, a ponto de considerar-se a não-equiparação título de idoneidade. Tal incongruência levou Rivadávia Correia, nos idos de 1911, a vaticinar a falência de nosso precário sistema de ensino, acrescentando, impiedoso, que duas preocupações dominavam, então, usuários e colégios: "bacharel quanto antes, dinheiro quanto mais".

Em 1961, após onze anos de penosa gestação, **occasio legis** invulgar, o Congresso emitiu uma Lei de Diretrizes e Bases que somente dez anos depois produziria um fruto peco, sob a forma de ensino profissionalizante obrigató-

(*) Palavras pronunciadas em sessão de 5/6/1990.

rio, idéia decerto magnífica, não se pretendesse, erroneamente, implantá-la de improviso, quando a França, a Polônia e outros Estados civilizados levaram vinte ou mais anos para fazê-lo.

E o descalabro, parece, pode repetir-se agora, pois anteprojetos mirabolantes estão sendo oferecidos ao Poder Legislativo, em conseqüência da nova Carta Constitucional, tudo conduzindo a crer que a ausência de especialistas nessa nova aventura será a tônica.

Os eminentes colegas estão testemunhando, como de resto o povo brasileiro em sua totalidade, o desmoronamento do ensino público nacional.

O Governo tem obrigação de dar escola condigna a todos, ricos e pobres, mas prioriza o ensino superior, não com a patriótica finalidade de emprestar-lhe sua grandiosa missão, senão com o propósito pouco recomendável de produzir doutores sem vocação, visualizando atender à vaidade bacharelesca congênita em todos nós.

Enquanto isso, contra cerca de 80% de recursos direcionados à qualificação de 3º grau, destinam-se pouco mais de 20% ao ensino básico, ensino que justifica e explica a existência da Universidade. E a escola pública perde o seu **status**, transmudando o magistério em subemprego.

O corolário imediato da ótica arrevezada reside nessa calamidade, nessa desordem incompreensível que aí está, configurada na ânsia do carente, do usuário de poucas posses, tentando forçar as portas da rede pública, nascida como empresa destinada a quem pode pagar ensino requintado ou, porque não dizer, ensino elitista.

Existissem escolas públicas nos moldes do antigo Liceu do Ceará ou da vetusta Escola Normal Justiniano de Serpa, em que um Filgueiras Lima, um Parsifal Barroso, um Heribaldo Costa, um Martins de Aguiar, um Otávio Farias disputavam a honra da cátedra, e a celeuma inexistiria.

O antigo Ministério da Educação e Cultura abastardou tudo isso.

Qualquer desocupado, mediante atestado gracioso, conseguia carteira de habilitação para lecionar, sem nenhum preparo, sem nenhuma formação.

A mixórdia de que estamos padecendo explica o resto.

E fico por aqui, com escusas, pois o que me enseja a palavra neste momento não seria desabafar, mas agradecer, bendizendo meus magnânimos amigos e prometendo continuar a luta, nela inserido o meu contributo à recuperação do sistema educacional pátrio, apesar dos pesares. Perdoai a digressão.

Obrigado...